

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo principal conhecer o papel do coordenador pedagógico no processo de ensino-aprendizagem. O coordenador pedagógico em determinado momento é compelido a responder por necessidade do contexto escolar que não são de suas responsabilidades. São questões que, embora façam parte da dinâmica da escola não podem ser consideradas inerentes à sua função. É importante que o coordenador pedagógico concretize sua ação no acompanhamento das atividades dos professores em sala de aula, por isso lhe dar oportunidade de discutir e analisar os problemas decorrentes desse contexto, com uma perspectiva diferenciada e abrangente. É ele quem, num espírito de parceria e coletividade, conduz o processo, participa, discute, ouve, orienta, propõe, informa, assume e partilha responsabilidades com os professores, indica ações e exerce uma posição natural de liderança, de autoridade.

O coordenador leva os educadores a conscientização de uma nova postura, acredita na possibilidade de formar a realidade e também acreditar na escola como um espaço adequado para um bom ensino-aprendizado. O mesmo é apenas um dos atores que compõem o coletivo da escola, para coordenar, direcionando suas ações para a transformação, precisa estar consciente de seu trabalho não se dá isoladamente, mas nesse coletivo mediante a articulação dos diferentes atores escolares, no sentido de uma construção de um projeto político - pedagógico transformador.

Muitos coordenadores, reconhecendo a importância de discutir com o professor suas ações com os alunos, julgam necessário conhecer como ocorrem, nas salas de aula, as relações de ensino-aprendizagem, principalmente no que se refere ao modo como o professor encaminha a interação da criança com o conhecimento. A prática de assistir às aulas ao coordenador o reconhecimento das mudanças pelas quais passam ou não professor e o aluno. Está em sala de aula, observando o seu cotidiano, parece ser uma de suas atividades fundamentais. O dia-a-dia do coordenador exige que ele administre seu tempo para cumprir inúmeras tarefas. Tem de formar o professor, planejar reuniões; atualizar-se e planejar etapas para atualizar os professores e pensar em procedimentos específicos e nas necessidades de seu grupo. A formação exige dele, um olhar para que está sendo realizado em sala de aula. O coordenador necessita, também, levar em conta o aluno. É preciso encaminhar alguns para especialistas, conversar com os pais; retornar o encaminhamento; falar com os profissionais; retornar aos pais e retornar aos professores.

JUSTIFICATIVA

Se o coordenador pedagógico conhece a dificuldade do docente na ação do ensino-aprendizagem, ele pode atuar transformando essa realidade em uma educação de qualidade, servindo como elo entre educador e educandos. O coordenador tem o desafio de caminhar para uma educação de qualidade, que integre todas as dimensões do ser humano. Ele precisa de pessoas que façam essa integração em si mesmas do sensorial, intelectual, emocional, ético e tecnológico, que transitem de forma fácil entre o pessoal e o social, encontramos poucas pessoas que estejam prontas para a educação com qualidade.

O coordenador é aquele agente de transformação no cotidiano escolar, responsável pela construção e reconstrução da ação pedagógica, com vistas a construção e articulação coletiva do Projeto Político Pedagógico. Segundo Freire (1982) ele defende ao descrever que o coordenador pedagógico é, primeiramente, um educador e como tal deve estar atento ao caráter pedagógico das relações de aprendizagem no interior da escola. Ele leva os professores a ressignificarem suas práticas, resgatando a autonomia docente sem, se desconsiderar a importância do trabalho coletivo. Dessa forma, agindo como um parceiro do professor o coordenador vai transformando a prática pedagógica. Segundo

Vasconcellos (2006) essa práxis é composta das dimensões: reflexiva ao auxiliar na compreensão dos processos de aprendizagem; organizativa ao articular o trabalho dos diversos atores escolares; conectiva por possibilitar interrelação entre os professores, gestores, funcionários, pais e alunos; interventiva quando modifica algumas práticas arraigadas que não traduzem mais o ideal de escola e por fim, avaliativa, ao estabelecer a necessidade de repensar o processo educativo em busca de melhorias. Segundo Libaneo (2004), o coordenador pedagógico é aquele que responde pela viabilização, integração e articulação do trabalho pedagógico, estando diretamente relacionado com os professores, alunos e pais. Junto ao corpo docente o coordenador tem como principal atribuição a assistência didática pedagógica, refletindo sobre as práticas de ensino, auxiliando e construindo novas situações de aprendizagem, capazes de auxiliar os alunos ao longo da sua formação. Práticas de ensino, auxiliando e construindo novas situações de aprendizagem, capazes de auxiliar os alunos ao longo da sua formação. Junto aos pais, o coordenador elabora e executa programas e atividades de integração e estreitamento de relações. Esta parceria pode ocorrer tanto de maneira informal acompanhamento do desempenho escolar dos filhos, quanto mais formal, pela participação nos conselhos. A escola deve aprender a partilhar sua responsabilidade com os pais, por isso é de suma importância a presença dos pais em todas as instancias de decisão das escolas. Além dessas atividades, o coordenador pedagógico propõe estudos, discussões e revisão do Projeto Político Pedagógico da unidade escolar, estimula a interrelação entre projetos didáticos e assegura a unidade da ação pedagógica, acompanha o processo avaliativo escolar e institucional e cuida dos aspectos organizacionais do ensino: coordenação de reuniões pedagógicas; elaboração do horário escolar; organização das turmas; distribuição de professores; organização e conservação de material e equipamentos didáticos; planejamento e coordenação do Conselho de Classe. Também é assegurado no âmbito da coordenação pedagógica a articulação entre gestão e organização da escola, mediante o exercício de gestão democrática (participativa, descentralizadora e autônoma). Segundo Orsolon (2003) algumas atitudes do coordenador são capazes de desencadear mudanças no cotidiano da escola: promover um trabalho de coordenação em conexão com a gestão escolar, discutindo que a integração é o caminho para a mudança, por isso o planejamento do trabalho pedagógico deve acontecer de forma participativa e democrática; realizar o trabalho pedagógico de forma coletiva, defendendo que a mudança só acontece se todos se unirem em torno de um objetivo único; mediar a competência docente, considerando os diferentes saberes, experiências, interesses e o modo de trabalhar dos professores, criando condições para intervenção e auxílio; desvelar a sincronicidade do professor e torná-lo reflexivo, criando condições que levem o professor a analisar criticamente os componentes políticos, interrelacionais, sociais, culturais e técnicos de sua atuação; investir na formação continuada do professor, de forma reflexiva, problematizadora e investigativa, transformando-a sob a direção do Projeto Político Pedagógico da escola; incentivar práticas curriculares inovadoras, propondo aos professores a descoberta de novas práticas, que acompanham o processo de construção e vivência do ato de ensinar e aprender; estabelecer parceria com o aluno, incluindo-o no processo de discussão e planejamento do trabalho pedagógico. Criando oportunidades/espços para que os estudantes participem com opiniões, sugestões e avaliações do processo educativo; criar oportunidades para o professor compartilhar suas experiências, ao incentivar que o professor se posicione de forma integral e aprendiz em relação a dinâmica da escola; procurar atender às necessidades e desejos de todos que compõem a escola, o coordenador precisa estar sintonizado com os contextos social, cultural e educacional da escola, captando as necessidades e anseios da comunidade escolar; estabelecer parcerias, possibilitando a tomada de decisões, o comprometimento de todos nos rumos de transformação do contexto educacional ; propiciar situações desafiadoras, novas propostas de trabalho ou as ações que provoquem a reflexão e o interesse pela mudança. As ações acima encontram-se relacionadas e entrelaçadas ao apresentarem elementos comuns: o trabalho coletivo, a formação continuada do docente e a criação de um ambiente participativo e democrático. Tais elementos são construtivos do trabalho da coordenação pedagógica e devem, por sua vez, estar contemplado no Projeto Político Pedagógico e nas demais instâncias colegiadas da escola.

Cabe o coordenador planejar, coordenar, gerir, acompanhar, intervir e avaliar todas as atividades pedagógicas e curriculares da escola. Ele é agente responsável pelo direcionamento de suas ações para a transformação da prática pedagógica, isto é, precisa estar consciente da importância do trabalho coletivo, mediante a articulação dos diversos atores escolares. Essa é uma forma de garantir aos professores, gestores, pais, funcionários e alunos a participação e o envolvimento nos novos rumos da escola. Cabe a eles, também, estimular e criar situações para que se realizem debates amplos e definições sobre a estrutura da escola, seu funcionamento e suas relações com a sociedade. Segundo Orsolon (2003) destaca que as mudanças, provocadas pelos coordenadores devem ser importantes para toda a comunidade escolar, de maneira que as concordâncias e discordâncias, as resistências e as inovações propostas se constituam num efetivo exercício de democracia que possam transformar a escola. Portanto, a ação do coordenador será a de um agente transformador na medida em que transformar a si mesmo e, por consequência, à realidade de maneira dinâmica, crítica e simultânea produzindo assim a compreensão do fenômeno educativo.

1. A SUPERVISÃO EDUCACIONAL EM PERSPECTIVA HISTÓRICA E POLÍTICA

A supervisão educacional foi oficializada com a LDB de 71, mas a ideia de supervisão existe desde a época dos Jesuítas intrinsecamente nas funções de prefeito de estudos e de inspetor. Contemporaneamente, a supervisão tem caráter político e transformador.

1.1- Panorama histórico

Os Jesuítas foram os primeiros educadores. A educação não era considerada um valor social importante para uma sociedade agrário-exportadora dependente, na verdade era uma arma de controle social. A tarefa educacional baseava-se na catequese e na instrução para os indígenas, entretanto a educação dispensada aos filhos da elite colonial mostrava-se diferenciada. Em sua sociedade desigual a educação é elitista. Em 1549, organizam-se as atividades educativas no Brasil. No Plano de Ensino aviado por Manuel da Nóbrega a ideia de Supervisão não se manifesta apesar da função supervisora estar presente. O Plano de instrução estava fundamentado na Ratio Studiorum, cujo "ideal era a formação do homem universal, humanista e cristão. A educação se preocupava com o ensino humanista de cultura geral, enciclopédico e alheio à realidade da vida de colônia" (VEIGA, 2004). Formas dogmáticas de pensamento contra o pensamento crítico maculavam a ação pedagógica dos Jesuítas que privilegiava a memorização e o raciocínio. Assim, tornava-se impossível uma prática pedagógica que buscasse uma perspectiva transformadora na educação. Explicita-se na Ratio Studiorum a ideia de supervisão educacional na figura do Prefeito de Estudos. Com a expulsão dos Jesuítas e as Reformas Pombalinas o sistema de ensino foi extinto e junto com ele o cargo de Prefeito de Estudos. Então, em relação aos aspectos educacionais houve um retrocesso, pois alguns professores leigos começaram a ser admitidos para as aulas régias introduzidas pelas reformas de Pombal. A ideia de supervisão continuava presente, agora, englobada nos aspectos político-administrativos (inspeção e direção) da figura do Diretor geral; e também nos aspectos de direção, fiscalização, coordenação e orientação do ensino, na figura dos Diretores dos Estudos. Com a Independência do Brasil é formulada a primeira Lei para a instrução pública (15 de Outubro de 1827) que instituiu as Escolas de Primeiras Letras baseadas no "Ensino Mútuo", método que concentra no professor as funções de docência e supervisão, ou seja, instruir os monitores e supervisionar as atividades de ensino e aprendizagem dos alunos. O regulamento educacional do Período Imperial estabelecia que a função supervisora devesse ser exercida por agentes específicos para uma supervisão permanente; essa missão foi atribuída ao Inspetor Geral que supervisionava todas as escolas, colégios, casas de educação, etc., públicos e privados. O Inspetor Geral ainda presidia exames dos professores e lhes conferia o

diploma, autorizava abertura de escolas privadas e revisava livros. O inspetor deveria ser um elemento de prestígio pessoal e conhecimento com pessoas importantes e com autoridades constituídas. Suas atribuições incluíam fiscalizar e padronizar as rotinas escolares às normas oficiais emanadas das autoridades centrais, por essa razão exercia essas funções como "autoridade do sistema", através de visitas corretivas e de registros permanentes para confecção de relatórios a serem encaminhados aos órgãos centrais. Com o objetivo de fiscalizar o grau maior ou menor de desvio da ação pedagógica em relação aos padrões estabelecidos pela Lei. Com a discussão sobre a organização de um sistema nacional de educação, "a idéia de supervisão vai ganhando contornos mais nítidos ao mesmo tempo em que as condições objetivas começavam a abrir perspectiva para se conferir a essa idéia o estatuto de verdade prática. Segundo SAVIANI, 2003, pautava-se em dois requisitos: A organização administrativa e pedagógica do sistema e a organização das escolas na forma de grupos escolares. No início do Período Republicano, sob a influência do positivismo a reforma de Benjamim Constant é aprovada, gerando supressão do ensino religioso nas escolas públicas e o Estado passa a assumir a laicidade. A visão burguesa é disseminada pela escola, visando garantir a consolidação da burguesia industrial como classe dominante. Com a expansão cafeeira o modelo econômico passa de agrário-exportador para o modelo urbano- comercial- exportador. O Período conhecido como a Primeira República é marcado por um processo de descentralização do controle e de maior organização dos serviços, incluindo os educacionais. A função de supervisor era exercida pelo inspetor que deveria ser uma pessoa qualificada, experiente e sensível para com técnicos pedagógicos do processo de ensino-aprendizagem. Dentre suas principais atribuições podemos citar: orientar, controlar, supervisionar, fiscalizar e inspecionar todo processo educacional através de conferências, palestras e visitas, acompanhar o desenvolvimento do currículo nos estabelecimentos, com o objetivo de orientar pedagogicamente os professores mais jovens, buscando eficiência, introduzindo inovações, modernizando os métodos de ensino e promovendo um acompanhamento mais atento do currículo pleno nos estabelecimentos. Surgem, então na década de 20, os profissionais da educação, também conhecidos com "técnicos em escolarização" e concomitantemente é criada a Associação Brasileira de Educação por iniciativa de Heitor Lira. A ABE foi um elemento propulsor e estimulante aos "técnicos em educação". A reforma João Luís Alves em 1924 criou o Departamento Nacional de Ensino e o Conselho Nacional de Ensino separando, assim, a parte administrativa da parte técnica que antes estavam unidas num mesmo órgão o Conselho Superior de Ensino. Esse foi um passo importante para a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública e essa separação propiciou o surgimento da figura do supervisor distinta da figura do diretor e inspetor. A partir daí, ele é responsável pela parte técnica enquanto o diretor é responsável pela parte administrativa. Na década de 30, a sociedade brasileira sofre profundas transformações sociais, econômicas e políticas que refletem no modelo educacional. A crise de 1929 desencadeia a decadência do café e a Revolução de 30. Vargas empossado constitui o Ministério da Educação e Saúde Pública. Por influência do Liberalismo é lançado o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, preconizando a reconstrução social da escola na sociedade urbana industrial. Nesse contexto de mudança, a educação passa a ter um caráter mais técnico e a valorizar os meios de organização dos serviços educacionais, com o objetivo de racionalizar o trabalho educativo dando relevância aos técnicos, entre estes o supervisor. O surgimento do cargo de supervisor educacional está relacionado com as vinculações do Brasil com os Estados Unidos. O novo modelo econômico baseado no desenvolvimentismo e na injeção do capital estrangeiro no país trouxe consigo não só os padrões econômicos americanos, mas também o modelo educacional americano, onde o supervisor tinha lugar de destaque dentro da escola. Com a instalação da Ditadura Militar em 1964, a educação passa a ser oferecida nos moldes da Pedagogia Tecnicista, há um descaminho. O autoritarismo e a repressão são os alicerces dessa pedagogia, o trabalho é fragmentado e mecanicista, da mesma forma que numa fábrica, busca-se a burocratização, a eficácia e resultados imediatos. O governo aprovou as Reformas de 1º e 2º graus e Universitária, sendo que esta reformulou o Curso de Pedagogia que ganhou novas habilitações: administração, inspeção, supervisão e orientação, com isso a função de supervisor educacional é profissionalizada. O supervisor educacional é um especialista

em educação, exercia sua função como controlador do processo de produção assumindo características de coordenação e direção do trabalho, ou seja, atuando como elemento mediador (como uma função técnica que está a "serviço de"). Exercia essa função através de treinamento de professores para discutir e difundir os fundamentos de organização dos processos de trabalho e do controle sobre ele buscando a aplicação do conceito de racionalidade à administração e do processo com o objetivo de aumentar a produtividade da mão-de-obra e a melhoria de seu desempenho. A função do Supervisor Educacional reflete o contexto histórico do período marcado pelo desenvolvimento nacional e de estabilidade política, altamente mecanicista, utilitário, burocrático e pragmático. Na década de 80, a crise socioeconômica e a Nova República dão início a uma nova fase. A luta operária ganha força e os professores lutam pela reconquista do direito de participar da definição da política educacional e da luta pela recuperação da escola pública. A I conferência Brasileira de Educação constitui um espaço para discussão e disseminação da concepção crítica da educação e a Pedagogia Crítica ganham espaço no cenário educacional. O fazer pedagógico não está centrado no professor ou no aluno, mas na questão central da formação do homem; está voltada para o ser humano e sua realização na sociedade e comprometida com os interesses dos menos favorecidos economicamente. A realidade é múltipla e diversa e a educação deve atendê-la. O mundo contemporâneo é marcado pela hegemonia do neoliberalismo, acentuando-se e ampliando-se as formas de exclusão social e cultural. A globalização reflete no âmbito educacional no que se refere à organização do trabalho pedagógico, delegando uma série de atribuições às escolas, aos professores e alunos. O papel da supervisão está focado para a formação do tecnólogo do ensino e no favorecimento e aprofundamento da perspectiva crítica, voltada para a formação do supervisor como agente social.

1.2 - A educação ? um ato político

Antes de entrarmos na perspectiva política da supervisão educacional, faremos uma análise sobre o que é a educação dentro dessa perspectiva. A educação é uma manifestação de atividade social. Apesar de esquematizar a educação partindo da posição que o homem precisa ser moldado pela sociedade, a relação estabelecida entre o indivíduo e a sociedade através da educação, está fundamentada nas suas origens. No momento em que se desenvolvem seus conceitos sobre homem e suas relações com a sociedade situando a educação não como mecanismo de ajustá-lo as estruturas sociais, mas como fator dinamizante delas, através do ato inovador do indivíduo. A educação não é efetiva numa realidade isolada a radicalização do processo capitalista associado é uma opção acelerada da modernização. Com o objetivo de alcançar o modelo implantado atingindo a acumulação do capital, se fez necessário a formação de certo profissional, daí as implicações do modelo econômico na educação: qualificar profissionais técnicos para atender as necessidades do mercado de trabalho. De acordo com esta ideologia a contribuição da educação é dupla, trata-se de uma educação técnica, reduzida aos aspectos técnicos que deturpa o sentido da verdadeira ação educativa e global, garantia da reprodução das relações sociais de produção feita através dos aparelhos ideológicos do Estado: igrejas, família, os sistemas jurídicos, político e sindical, os meios de informação e a escola - o maior e mais eficaz aparelho ideológico do Estado. Não existe uma forma única de educação nem a escola é o único lugar onde ela acontece tampouco é o melhor lugar e o professor o único praticante. Entretanto na prática a mesma educação que educa pode deseducar e correr o risco de fazer o contrário do que pensa que faz ou que inventa que pode fazer. O ensino formal é o momento em que a educação se sujeita à pedagogia, cria situações próprias para seu exercício, produz os métodos, estabelece regras e tempos e constitui executores especializados. É quando surgem escola, aluno, professor, diretor e supervisor. A educação é uma prática social subsiste dentro da sociedade e da cultura funciona sob determinação de exigências, princípios e controles sociais. Atua sobre a vida e o crescimento da sociedade em dois sentidos: no desenvolvimento de suas forças produtivas e de seus valores culturais. É um conjunto de

elementos significativos que são resultados das dinâmicas das inter-relações e busca a promoção do homem histórica e circunstancialmente situado, ou seja, é um ato político. Contudo, a esperança que temos consiste em não acreditar na ilusão que os avanços tecnológicos irão revolucionar a educação, mas acreditar no ato humano existente tanto no trabalho pedagógico quanto no ato político de reivindicar uma nova escola e um novo mundo igual e livre, onde a educação continua sendo movimento e ordem, sistema e contestação. O velho e o novo juntos numa relação recíproca, sem autoritarismo, com crítica e bom senso.

1.3 Perspectiva política

A supervisão escolar caracteriza-se como função em relação ao sistema e disfunção em relação à educação porque cumpre as funções implícitas, decorrentes da política vigente racional, funcionalista, tecnicista, ingênua, acrítica, direcionada, conservadora, executora, perpetuadora da estratificação social, acontece na escola com os serviços burocráticos. A supervisão educacional caracteriza-se como uma função comprometida com a educação porque cumpre com as funções explícitas; é capaz de opção, percepção da realidade, como função política, reflexiva, crítica consciente, assumida, inovadora, decisória, transformadora, libertadora, criativa em todas as direções. Situa-se nas questões e serviços da educação, sua ação extrapola os limites da escola pra alcançar os aspectos estruturais e sistêmicos; traz consigo envolvidos os serviços das "instancias intermediária e centrais do sistema e da política da educação". O supervisor educacional é um profissional especialista em educação e, como função política, reflexiva, crítica consciente, assumida, inovadora, decisória, transformadora, libertadora, criativa em todas as direções. Segundo Saviani, a Supervisão em educação é entendida como uma função educativa, como tal, tem a característica técnico-política de instrumentalizar o povo para determinados fins de participação social. Dependendo da perspectiva de quem educa, tal instrumentalização leva a uma participação que pode ou não estar de acordo com os interesses do povo. Todavia, a grande maioria dos supervisores não se dá conta de sua função política e dá ênfase a função técnica priorizando procedimentos, fragmentando o processo pedagógico e reforçando a dominação da elite. A função do supervisor no contexto histórico brasileiro é fundamentalmente político e não técnico como se difunde. Para não contribuir para esse reforçamento o supervisor deve mudar de atitude, assumindo seu papel político explicitamente. Antes de qualquer coisa o supervisor é educador e precisa estar comprometido com a mudança, não somente ter a habilitação em Pedagogia - não um pré requisito - mas ser consciente do processo histórico e do seu lugar dentro da escola e fora dela. Ele necessita compreender e ultrapassar a percepção da escola brasileira na sociedade capitalista buscando a transformação, tendo clareza das suas posições políticas e educativas sendo sujeito ativo desse processo histórico- dele e dos atores- para que se procedam as mudanças requeridas no momento atual.

1.4 O papel da supervisão educacional

O supervisor é o articulador do Projeto Político-Pedagógico, da instituição, com os campos administrativos e comunitários; deve circular entre os elementos do processo educacional cabendo-lhe a sistematização e integração do trabalho no conjunto, caminhando na linha da interdisciplinaridade. O foco da atenção do supervisor no trabalho de formação é tanto individual quanto coletivo, para contribuir com o aperfeiçoamento profissional de cada professor e ao mesmo tempo ajudar a constituí-los enquanto grupos. O papel do supervisor é mediar a relação professor/aluno no processo de ensino-aprendizagem, acolher o professor em sua realidade, criticar os acontecimentos, instigando a compreensão própria da participação do professor em questões educacionais, trabalhar acima da idéia de processo de transformação, buscar caminhos alternativos, acompanhar

a caminhada coletivamente. A ação supervisora estar fundamentada em três dimensões básicas: atitudinal, procedimental e conceitual. A dimensão atitudinal estar ligada a um valor, a ética, a moral, a todos os valores de uma prática. Uma atitude crítica requer não ficar preso à manifestação primeira, não ser ingênuo, acomodado, desatento; criticar é ser capaz de ver e resgatar os aspectos positivos, valorizar o saber do outro, ser autocrítico e metacrítico. A totalidade é importante na apreensão dos fenômenos já que se procura perceber as múltiplas relações, as várias partes envolvidas bem como seus nexos e conexões; ter a visão complexa, não se fixar apenas em um ponto, é preciso conhecer as partes para compreender o todo. Para entender o que acontece no presente é preciso estudar o passado. A historicidade nos ajuda a compreender o movimento da história bem como chegamos a tal problema (gênese e desenvolvimento do problema). A história do profissional, de grupo e da instituição nos ajudará a perceber o que acontece no presente, possibilitando uma aproximação mais adequada à realidade. A sensibilidade é uma das grandes virtudes da função supervisora, a capacidade perceber o outro, reconhecer seu potencial, valor, características, as diferenças entre os atores, evitar generalizações, dar leveza ao trabalho de formação, além disso, ainda passar confiança, conquistar a confiança de todos não se utilizando de autoritarismo, mas buscando construir um relacionamento baseado na confiança, através de atitudes concretas no cotidiano do trabalho. O supervisor precisa construir uma prática pedagógica transformadora, humanista, libertadora, livre, solidária e justa. Outro campo de formação e domínio está relacionado com o saber-fazer, com encontrar caminhos para concretizar aquilo que se buscam, métodos, técnicas, procedimentos, habilidades, esta é a dimensão procedimental. O supervisor pode usar como referência para o seu trabalho algumas ajudas que são as categorias de intervenção, sustentação e as estratégias complementares de trabalho. Dentre as categorias de intervenção estão a práxis (transformação das idéias em ações concretas, para dialeticamente transformar a própria consciência, envolvendo não apenas a reflexão e emoção, mas a correspondência a determinadas condições objetivas, visando estabelecer na escola a dinâmica constante ação/reflexão em reciprocidade, para se ter uma apropriação crítica da prática e da teoria fazendo-as avançar, o método (é essencial para construção de uma prática que visa à qualificação da ação mediadora do supervisor junto ao professor), tendo compreensão da realidade, clareza de objetivos, estabelecendo-se um plano de ação, agindo de acordo com o planejado e avaliando a sua prática), a continuidade-ruptura (implica em partir de onde o sujeito / grupo estar e superá-lo, permite que em um mesmo âmbito convivam em reciprocidade o velho e o novo, o tradicional e o inovador, não em sincretismo ou justaposição desconexa, mas em "um esforço de construção, de resignificação dos elementos disponíveis, enfim de criação" (VASCONCELLOS, 2002), o diálogo problematizador (o diálogo deve ser franco e aberto tendo como referência o PPP, o supervisor precisa preocupar-se em legitimar as falas, as perguntas, as dúvidas incentivando os professores a reavaliarem o sentido da sua prática), e finalmente a significação (a supervisão tem um papel muito importante na direção de resgatar o valor e o sentido do ensino como espaço de transformação. Dentre as categorias de sustentação temos a ética (implica no sujeito assumir responsabilidades por seus atos, querer o bem, não prejudicar o outro; a falta de ética e transparência entre os membros do grupo podem fazer naufragar as tentativas de mudanças), visão do processo (para se concretizar um processo é preciso basear-se em toda uma concepção metodológica de trabalho e intervenção na realidade, com conscientização), avaliação (quando não é mera classificação para a exclusão, é um fator de revitalização pessoal e Institucional e ajuda na (Reflexão sobre aspectos nos quais é preciso melhorar e a encarar o erro como uma oportunidade de aprendizagem), participação (cabe ao supervisor procurar realizar a construção da proposta pedagógica da forma mais participativa possível, tendo proposta de educação, concepção de planejamento, objetivos, conteúdos, metodologia, próprios e defendendo eles através da diretividade interativa, ou seja, levar em consideração as posições dos outros, estarem aberta e firme, com respeito e determinação. O eixo central do trabalho do supervisor é a qualificação do processo de ensino como forma de possibilitar a efetiva aprendizagem por parte de todos, então, algumas práticas empíricas que objetivam renovar a prática educativa podem ser utilizadas como estratégias complementares de trabalho entre elas podemos citar a interação com

os docentes, a visão estratégica e atualizada e a redução do caráter burocrático ao mínimo.

1.5 A escola

O supervisor constitui-se em um agente de mudanças, no sentido da dinamização do trabalho de grupo, nas diversas instancias de sua atenção. O supervisor pode se valer de oportunidades para conseguir o seu objetivo máximo: melhorar a situação ensino-aprendizagem através de aperfeiçoamento do professor. Seriam ocasiões possíveis, criadas e utilizadas pelo supervisor para realizar a sua tarefa. As reuniões de pais e mestres são uma dessas oportunidades, elas devem constituir oportunidade de crescimento pessoal e todas as pessoas envolvidas devem ser participantes ativos, serve para o estudo conjunto das responsabilidades de todas os atores educacionais, pelos resultados obtidos, precisa ser planejada para atender aos objetivos previstos, ser realizada com numero pequeno de pessoas para que os presentes se manifestem e se conheçam , o que torna-se impraticável se houver uma multidões de pais e mestres , de bem realizados podem integrar a escola na comunidade . Ainda podemos incluir entre as oportunidades as visitas (Verificação da aplicação), demonstrações, estudos (cursos, treinamentos, reciclagens, correspondência, leitura, etc.), publicações (apostilas, plaquetas, imprensa, boletins, etc.), entrevistas, conferencias ou qualquer tipo de contato individual, contribuições de outras pessoas experientes com a educação.

1.6 Formação de docentes

O supervisor atuará no processo de formação continuada dos professores em certos momentos de toda a equipe escolar. Segundo o PNE (Plano Nacional de Educação) a qualificação do pessoal docente se apresenta como um dos maiores desafios educacionais. A melhoria da qualidade do ensino, indispensável para assegurar á população brasileira o acesso pleno á cidadania e a inserção nas atividades produtivas que permita elevação constante do nível de vida, constitui um compromisso da Nação. Este compromisso, entretanto, não poderá ser cumprido sem a valorização do magistério, uma vez que os docentes exercem um papel decisivo no processo educativo. A valorização do magistério implica pelo menos os seguintes requisitos: uma formação profissional que assegure o desenvolvimento da pessoa do educador enquanto cidadão e profissional, o domínio dos conhecimentos objeto de trabalho com s alunos e dos métodos pedagógicos que promovam a aprendizagem; um sistema de educação continuada que permita ao professor um crescimento constante de seu domínio sobre a cultura letrada dentro de uma visão ou ótica importância, em decorrência do avanço científico e tecnológico e de exigência de um nível de conhecimentos sempre mias amplos e profundos na sociedade moderna. Ela é parte essencial da estratégia de melhoria permanente da qualidade da educação, e visará á abertura de novos horizontes na atuação profissional. Essa atuação terá como finalidade a reflexão sobre a pratica educacional e a busca de seu aperfeiçoamento técnico, ético e político. A educação escolar não se reduz a sala de aula e se viabiliza pela ação articulada entre todos os agentes educativos - docentes, técnicos, funcionários administrativos e de apoio que atuam na escola. A Supervisão centrada na formação dos professores indica um redirecionamento do trabalho dos agentes, voltando à atenção para problemas ocorridos na sala de aula, com os professores e outras questões mais amplas inter - escolares, tomando consciências das mudanças sociais e educacionais. Os supervisores

precisam ser bem preparados, atualizados, dinâmicos e preocupados com o destino dos alunos e com as responsabilidades da escola para com a comunidade. Encarando-se a supervisão como um trabalho de assessoramento dos professores e à equipe escolar, tendo em vista o desenvolvimento de um projeto coletivo que propõe mudanças não só nas práticas usuais, mas também nas concepções que as embasa, esse trabalho terá que ser encarado como uma interação entre iguais, onde não existem diferenças de posições entre os membros do grupo, mas uma relação de colaboração. Para refletir sobre a supervisão educacional no Brasil atual, é preciso primeiro compreender os compromissos que sustentaram e traspassaram suas vias no poder das políticas públicas e da administração da educação desde que a função supervisora foi profissionalizada; segundo, compreender qual epistemologia orienta suas práticas e compromissos que hoje se impõe para os profissionais da educação, para administração e políticas públicas; em terceiro, expressar compromissos e esperanças de construir uma escola de qualidade, democrática e igualitária que ajude a transformar a sociedade. A supervisão educacional tem o compromisso de garantir a qualidade de ensino da educação da formação humana, com um trabalho articulado e orgânico entre a real qualidade do trabalho pedagógico que subsidiará novas políticas e novas formas de administração escolar visando à mudança. - Etimologicamente, supervisão significa "visão sobre" e está intrinsecamente ligado à gestão escolar. Como responsável pela qualidade do processo de humanização do homem através da educação, nesse contexto atual estabelece outros compromissos que ultrapassam as especificidades do espaço escolar, sem dele abandonar. Garantir conteúdos emancipatórios trabalhando-os com profundidade em toda sua complexidade e transitoriedade comprometendo-se com a administração da educação concretiza os rumos traçados pelas políticas educacionais e públicas que as norteiam. Este compromisso se manifesta num acompanhamento e estudo de todas as relações estabelecidas entre as tomadas de decisões, as determinações sociais e políticas que as gestam e as conseqüências e como subsidio da administração da educação, como "prática de apoio a prática educativa", envolvendo-a na participação direta da construção coletiva da libertação humana e da escola. A supervisão educacional pode atuar como participe da construção da sociedade quando reconhece o seu papel como ator social e exercer a sua função política com consciência e comprometimento.

2 O COORDENADOR COMO GESTOR DO CURRÍCULO

Os saberes necessários para a gestão do currículo são: Conhecer e analisar diretrizes curriculares atuais (oficiais e não oficiais); Conhecer e analisar questões centrais da cultura contemporânea que exigem incorporação curricular; Construir análise sobre demandas atuais para a escola.

1 Coordenar como educador junto aos docentes

Um primeiro e fundamental saber dos coordenadores refere-se à capacidade de distinguir entre pressupostos e procedimentos na sua prática. Destacamos alguns exemplos de pressupostos e de procedimentos a eles associados.

Pressupostos:

1. Todo professor tem direito à educação continuada;
2. Todo professor tem algo a dizer sobre sua experiência docente;
3. Aprendizados são construídos em comunhão, em experiências compartilhadas;
4. O fazer/saber educacional não está dado em manuais, mas se elabora no exercício reflexivo da profissão;
5. Todo ser humano tem direito a ser corrigido;
6. A escola é espaço complexo com problemas que exigem o exercitar coletivo, a união de esforços.

Procedimentos decorrentes dos pressupostos acima: Garantir tempo e espaço de educação continuada; Planejar e realizar escuta sobre experiências, questões, problemas, angústias e buscas e soluções criadas pelos professores; Intervir, criticando e corrigindo carinhosamente. Construir rotina de crescimento intelectual, afetivo e cidadão dos professores; Construir autonomia em processos negociados; Avaliar coletiva e individualmente o processo de formação. Além da distinção e busca de coerência entre pressupostos e procedimentos, pode-se afirmar que os saberes necessários à coordenação pedagógica são organizados em duas categorias: Das relações interpessoais: Dialogar, Negociar, Aprender e ensinar nos conflitos. Das teorias pedagógicas: Currículo, Avaliação, Ensino e aprendizagem e Didática.

2.2 O coordenador como pesquisador

Os saberes associados a este compromisso dos coordenadores abarcam:

Ler e analisar fatos, processos, posturas e bibliografias; Escrever/ fotografar/ desenhar/ filmar; Selecionar e organizar informações; Alternar solidão e companhias; Permitir-se ser estudante e curioso sempre. A construção da rotina de formação: O conjunto de compromissos e de saberes dos coordenadores materializa-se em seu plano de formação e na construção de uma rotina a ser vivenciada na escola onde atua.

O plano de coordenação deve contemplar explicitação de objetivos de formação, assim como conteúdos a serem trabalhados e deve ainda prever tempos e espaços para cada ação no cotidiano da escola. A grande vantagem da construção da rotina está no fato de evitar a dispersão em termos dos três compromissos principais dos coordenadores já citados acima. Alertamos que não existe uma única possibilidade de rotina para a ação dos coordenadores, pois cada realidade escolar e cada necessidade de formação impõem especificidades aos planos de cada coordenador ou coordenadora.

3 - O PERFIL DO DOCENTE NA ATUALIDADE EDUCACIONAL JUNTO AO COORDENADOR PEDAGÓGICO

O ensino na atualidade atravessa um momento ímpar em sua história e enfrenta paradoxos, sendo, talvez o maior deles, a necessidade de em meio às incertezas que rondam a sociedade e à busca de conhecimento sobre este panorama, construir claras opções institucionais. A condição social pós moderna impõe à prática educacional um número bastante expressivo de demandas, responsáveis por obrigar os educadores a revisarem e renovarem, permanentemente, o seu entendimento acerca dos sentidos da

educação que defendem e executam. A escola, organizada nos moldes tradicionais e tecnicistas, não atende às exigências constituídas hoje, pelo avanço da sociedade, no que diz respeito aos conhecimentos que devem compor a formação dos alunos. Não mais se sustenta a fragmentação do conhecimento, acentuando-se, ao contrário, a necessidade de uma formação de caráter mais geral. Deve a escola formar o cidadão multicompetente, curioso, capaz de reunir e transferir recursos, conceituais e de procedimentos, que lhe permitam criar suas próprias saídas aos desafios enfrentados. A imprecisão, a mutabilidade e as incertezas do nosso tempo devem levar a escola a trabalhar com a dúvida em lugar das verdades absolutas. As habilidades requeridas pelo impactante avanço das tecnologias e das novas formas que o trabalho vem assumindo, impõem a exigência de uma maior competência dos educadores para entenderem e interpretar informações, o que implica o domínio cultural sobre as diferentes áreas do conhecimento e das relações existentes entre elas. Hoje, os educadores e as instituições de ensino são chamados a refletirem sobre as habilidades e as competências inalienáveis à formação das crianças e adolescentes, o que implica, necessariamente, pensar na competência dos profissionais de educação. Alteram-se as condições de trabalho e os padrões da profissão. A exigência define-se, hoje, sobretudo, pela constituição de um educador com um perfil próprio, contudo, capaz de metamorfosear-se, tendo em vista as contingências do contexto no qual se desenvolve a ação, sem que com isso venha a colocar em risco os princípios éticos inerentes à sua profissão. Novas habilidades cognitivas, sociais e relacionais são requeridas a todos, quase como condição sine qua non de sobrevivência. Mais do que nunca, o educador não pode ser considerado somente como aquele que "dá aula". Sua ação não se esgota nos limites das quatro paredes da sala de aula e, nela, não se apresenta somente como representante do ofício escolhido, mas como a pessoa que é composta de saberes, experiências, dúvidas, aspirações, conflitos, entre outros. Não se separa o educador da pessoa. Na verdade, o que é necessário hoje, mais do que nunca, é a presença de um "animador", ou seja, de um profissional ciente e implicado na dinâmica viva da escola, o qual, além da dedicação ao conhecimento e ao aluno, possua uma visão sistêmica do espaço onde atua. A competência, solicitada aos educadores, parece ir bem além daquela referida aos saberes específicos às áreas do conhecimento. A estes se devem somar o conhecimento e a capacidade de lidar com o aluno, de trabalhar a informação que chega à sala de aula por vias diversas, de responder às expectativas inerentes a uma nova abordagem do currículo, tanto no que diz respeito à seleção e ao tratamento conceitual e integrador de conteúdos, quanto ao tratamento metodológico adotado. Exige-se, portanto, um profissional com saberes diferenciados e com sensibilidade para disponibilizá-los adequadamente. A competência dos profissionais de educação parece referir-se ao conjunto de características que o educador, sintonizado com as questões do seu tempo/espaço histórico, possa vir a reunir para o desempenho de sua ação pedagógica educacional. A par de um conhecimento técnico, é inalienável agregarem-se atitudes pessoais de respeito e vislumbre do outro, de compartilhamento e participação no coletivo de trabalho, de abertura à crítica e revisão de suas ações e conceitos, de coerência e retidão frente aos valores defendidos, tudo isso aliado a uma consciência crítica do educador sobre a realidade na qual se inscreve a sua prática, aquela da escola e a existência de seus alunos. Na medida em que essa condição de saber, em todos os níveis, não é e nem poderia ser definitiva, sobretudo hoje, numa existência caracterizada por uma estabilidade precária, entende-se porque a competência, e igualmente a formação, não podem ser conquistadas de uma vez por todas em um processo terminal, mas, antes, como aquisição complexa, diversa e exigente, inscrita num tempo muito mais longo. A mudança educacional depende dos educadores e da formação que possam ter, mas não só. Dependerá, também, das transformações possíveis a serem operadas no sistema de ensino, sobretudo, em nível das suas organizações e de seu funcionamento. O ensino é concebido pelos nossos educadores como um conjunto sistemático de ações, cuidadosamente planejadas, ao redor das quais conteúdo e forma articulam-se permanentemente, pois estão alicerçados nos PCNS e no material especialmente preparado pela Rede Salesiana de Escolas. As atividades permitem que professor e aluno compartilhem parcelas sempre maiores de significados em relação aos conteúdos do currículo escolar. O aluno, como agente de seu próprio conhecimento,

participa de tarefas, pesquisas e atividades que o aproximam cada vez mais dos conteúdos que a escola tem para oferecer. Dentro desta visão, conceitos como os de precisão, linearidade, hierarquia e encadeamento, tradicionalmente associados à organização do currículo e às atividades escolares, cedem lugar à teoria do conhecimento como rede de significados, num processo ininterrupto de transformação. A cada nova interação com objetos do conhecimento, a cada possibilidade de diferentes interpretações, um novo ângulo se abre, significados se alteram, novas relações se estabelecem e possibilidades de compreensão são criadas. Na prática escolar, essa perspectiva implica articular ensino e aprendizagem, conteúdo e forma de transmiti-lo, em um ambiente escolar cada vez mais favorável à aprendizagem. Nesse ambiente, todas as ações devem favorecer o processo múltiplo, complexo e relacional de conhecer e incorporar dados novos ao repertório de significados daquele que aprende, de modo que ele possa utilizá-los na compreensão orgânica dos fenômenos e no entendimento da prática social. Dentro da escola, a função de coordenador pedagógico nem sempre é bem delimitada. Muitos acham que o profissional que exerce o cargo é um auxiliar do diretor para as questões burocráticas. Outros acreditam que cabe a ele resolver os problemas disciplinares dos alunos. E o pedagógico que está na denominação do cargo quase sempre é esquecido. Porém é essa palavra que define a tarefa do coordenador: fazer com que os professores se aprimorem na prática de sala de aula para que os alunos aprendam sempre. Para isso, ele só tem um caminho: realizar a formação continuada dos docentes da escola. A confusão sobre as tarefas do coordenador - em muitas redes também chamado de orientador ou supervisor pedagógico - está relacionada a concepções diferentes sobre a maneira como ele se torna um bom profissional. Há quem acredite que ensinar é uma vocação e, por isso, o "dom" nasceria com a pessoa. Outros afirmam que ele aprende por tentativa e erro, acumulando experiências de sala de aula. E ainda existem os que defendem que o domínio do "como ensinar" vem da mera reprodução de roteiros prontos de aulas e de atividades. A necessidade de haver formação continuada só surge quando o professor é visto como um profissional que deve sempre aperfeiçoar sua prática ao fazer um trabalho de reflexão sobre ela e tem contato com o conhecimento didático. É aí que surge o papel de formador do coordenador pedagógico, que se torna imprescindível para orientar esse processo.

3.1 - O coordenador pedagógico e a ação docente

A característica da ação docente é fazer a mediação do conhecimento ? aluno, escola e sociedade - o que acontece pela integração e aplicação dos métodos e organização do ensino, de forma a assegurar esse encontro. Para tanto, o coordenador pedagógico, deve atuar junto aos professores, de modo a planejar e desenvolver suas ações com vistas a apropriação de conhecimentos, num interagir constante, avaliando o processo de ensino, com competência e compromisso ético.) .Na aquisição e efetivação desses saberes é que se faz necessária a intervenção do coordenador pedagógico, em favor do professor para contribuir com sua atuação na sala de aula, onde este deve ter em mente o quão é importante essa busca essa transmissão de conhecimento, e troca de experiências para a construção de identidade do educando. Para melhor elucidar esse aspecto vale ressaltar as várias formas de atuação do coordenador, segundo Vasconcellos: Atendimento individual ao professor (sistemático ou de acordo com solicitação); orientação individual ou coletiva para o planejamento de sala de aula; sessão de orientação semanal por série, ciclo, ou área; acompanhamento de aulas, coordenação das reuniões pedagógicas; reunião sistemática com a equipe diretiva; busca de subsídios para os docentes; análise do material didático; participação em projetos específicos; assessoramento para produção de material didático; estímulo à pesquisa; incremento da formação permanente através da organização de cursos ou palestras para professores. (2002, p. 109).Entende-se que nesse processo professor e coordenador atuam de acordo com suas especificidades, onde o primeiro tem como objetivo imediato a construção do desenvolvimento do aluno, e o segundo, têm como foco o trabalho do professor que, por sua vez, conhece e domina os

conteúdos sistematizados do processo de ensinar e aprender, enquanto que, o coordenador detém conhecimentos acerca das atividades e das formas de encaminhar esses saberes, levando em consideração as condições subjacentes daqueles que aprendem: os alunos. Ressalta-se, no entanto, que para que essa atuação seja contemplada, é preciso que a escola conte com docentes com uma formação acadêmica consistente, embasada em teoria e práticas educativas que contribuam para o exercício da função .

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo compreendemos que prática pedagógica requer que se pense de forma dialética e que se faça educação para toda a sociedade, ainda que, através de diferentes meios e em diferentes espaços sociais. À medida que esta sociedade se torna tão complexa, há que se expandir a intencionalidade educativa para diversos outros contextos, abrangendo diferentes tipos de formação necessária ao exercício pleno da cidadania.

Espera-se, pois, que o Coordenador Pedagógico conheça plenamente o seu espaço de trabalho, compartilhe ideias e conhecimentos, construa o seu papel na escola, tornando-se assim, a ligação fundamental, traçando o seu caminho transformador, formador e articulador.

Atualmente, estamos vivenciando um tempo de muitas mudanças, via de regras impulsionadas pela consolidação do sistema capitalista de produção. Esta nova configuração mundial tem tido reflexos na maneira como ocorre a divisão social do trabalho. No campo educacional, mais especificamente, não tem sido diferente. As relações de trabalho, na escola, têm sofrido modificações nas últimas décadas. Porém, isso não significa que as relações de produção capitalistas que ocorrem na sociedade possam ser transpostas mecanicamente para dentro da escola, uma vez que esta instituição é permeada por especificidades.

Assim, se na gênese da Coordenação Pedagógica, o supervisor era o "fiscal", o chefe que gerenciava a produção - tal qual ocorria na indústria - hoje em dia, almeja-se que este se configure como o que auxilia e contribui para a melhoria do processo ensino-aprendizagem, objetivando uma educação de qualidade. É nesta perspectiva, portanto, que podemos afirmar que o cargo Coordenação Pedagógica é necessário no ambiente escolar.

No entanto, o contato que estabelecemos com a realidade nos indicou que, para se alcançar o papel a que se propõe ao Coordenador Pedagógico, hoje em dia, existe um longo caminho a ser trilhado, uma vez que o almejavél depende de compromisso social (condições materiais favoráveis para o desenvolvimento do trabalho) e de compromisso pessoal (comprometimento dos profissionais da área com a sua profissão) para ser concretizado.

O papel do professor no processo ensino - aprendizagem face das contínuas e rápidas mudanças advindas no decorrer do séc. XXI. As informações nos chegam, hoje, rapidamente e o que antes demorava uma década para mudar, nos dias atuais ocorre da noite para o dia.

Dessa forma e diante da quantidade de informações e da facilidade de acesso a estas, deve o professor conduzir o aluno de forma que possa o aprendizado ser mútuo e repleto de paixão: A paixão faz parte da vida... a vida é uma paixão eterna. Aprender é uma

constante e ensinar uma dádiva. O professor deve "traduzir" os ensinamentos de forma que o aluno se sinta dentro de uma inesquecível "viagem" e dessa forma possa assegurar a produtividade do ensinamento.

A segura e distanciamento entre professor e aluno devem dar lugar a uma relação de carinho e proximidade. Uma proximidade tal que aluno seja levado a querer aprender... A desejar sempre mais e que o educador sinta-se como um elemento de importância fundamental na vida daquele aluno que levará para sempre os ensinamentos adquiridos. Os docentes devem ser preparados para a arte do ensinar. Não basta ser um bom pesquisador, necessário se faz que seja, também, um bom transmissor de conhecimentos.

Ocorre que ao ensino médio é exigida formação específica para ministrar aulas, enquanto para o ensino superior não há tal exigência, fato este que deve ser mudado, uma vez que para transmitir conhecimentos não basta apenas tê-los... mais que isso o educador deve ter a formação necessária para tal.

Existem profissionais extremamente habilitados para militar em suas respectivas áreas e ainda munidos de profundo conhecimento, entretanto limitados quando o assunto é transmitir seus conhecimentos. Enfim, o professor deve ser um aliado na construção do indivíduo - aluno- e não, simplesmente, um transmissor de disciplinas. O professor deve ainda estar apto as contínuas mudanças de nosso dia a dia.

Neste processo de pesquisa, pretendemos enfatizar a atuação do coordenador pedagógico como elo integrador da ação que se concretiza no contexto educacional, bem como, refletir sobre o enfrentamento dos desafios e conflitos que permeiam o cotidiano deste profissional na comunidade escolar. O seu campo de atuação é muito vasto, envolvendo atividades relacionadas aos componentes curriculares, aprendizagem e construção de conhecimento, disciplina, ética, avaliação, materiais didáticos e a interação com a comunidade. Destaca-se também, a reflexão sobre o papel da escola como espaço de aquisição de saberes e de interação social e como se desenvolve a ação educativa do coordenador frente aos paradigmas institucionais. Explanam-se, ainda, questões sobre a função deste especialista junto ao corpo docente, abordando elementos constitutivos do processo de ensino aprendizagem. Destaca-se, também, a importância do trabalho coletivo como desencadeador de uma nova postura educativa, acreditando-se que é necessário e urgente acontecer um redirecionamento na ação do coordenador pedagógico.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Laurinda R.; BRUNO, Eliane B. G.; CHRISTOV, Luiza Helena da S. (Org.) O Coordenador pedagógico e a formação docente. São Paulo: Loyola, 1999. 93p.

ANDRADE, Narcisa V. Supervisão em Educação: um esforço para melhoria dos serviços educacionais. Rio de Janeiro: LTC/MEC/FENAME, 1976, págs. 81-85.

ATTA, Dilza M.A. E SIMÕES, Jandira L. Supervisão Educacional. Salvador: Arco-íris, 1975.

BRANDÃO, Carlos R.. O que é educação. 33 ed., São Paulo: Brasiliense, 1995(Coleção Primeiros Passos)

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

CHRISTOV, Luiza Helena da Silva. Educação continuada: função essencial do coordenador pedagógico. In GUIMARÃES, Ana Archangelo (Orgs.). O Coordenador pedagógico e a educação continuada. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

FERREIRA, Naura S. C. Supervisão Educacional para uma escola de qualidade: formação á ação. 4 ed., São Paulo: Cortez,2003.Capítulos I, VII, XI.

_____(Org.). Gestão democrática da educação: atuais tendências e desafios. São Paulo, 1998. 55p.

FRANCO, Francisco Carlos. O coordenador pedagógico e o professor iniciante. In: BRUNO, Eliane Bambini Gorgueira (Orgs.) O coordenador pedagógico e a formação docente. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 24. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FULLAN, Michael. HARGREAVES, Andy. A escola como organização aprendente. Buscando uma educação de qualidade. Porto Alegre: Artmed, 2000. 136 p.

GUIMARÃES, Ana Archangelo et al. O Coordenador pedagógico e a educação continuada. São Paulo, Loyola. 7. ed., 2004. 55 p.

LIBÃNEO, José Carlos. Didática . São Paulo: Cortez, 1994.

LÜCK, Heloísa et al. A escola participativa o trabalho do gestor escolar. Rio de Janeiro, DP&A. 6. ed., 2002. 166 p.

NOGUEIRA, Martha G. Supervisão Educacional: A questão política. Ed. Loyola. Cap. I, págs.19-42.

OLIVEIRA, Jorge Leite de. Texto acadêmico: técnica e prática: Goiânia. Alternativa, 2004.

PIMENTA, Selma Garrido textos Nascimento Edson et al. Saberes pedagógicos e atividade docente. São Paulo: Cortez, 1999.

SILVA, Naura S. F. C. Supervisão Educacional: Uma reflexão crítica. 11ed, Vozes: Petrópolis, 1987, págs. 27-37.

VASCONCELLOS, Celso dos S. Coordenação do Trabalho Pedagógico: do Projeto Político Pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2002(Subsídios Pedagógicos do Libertad).

VEIGA, Ilma P.A. Repensando a didática. 21 ed., Campinas, SP: Papirus, 2004, Cap.I.